

Demonstrações Financeiras

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.
Alfenas – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de julho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name of Wallace Weberling Pereira.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Balço patrimonial

para exercícos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.155	370	Fornecedores	15	1.080	709
Contas a receber de clientes	11	3.531	2.415	Mútuos a pagar a partes relacionadas	18	3.524	3.379
Estoques		143	137	Empréstimos e financiamentos	16	3.246	3.669
Impostos a recuperar	12	542	580	Passivo de arrendamento		57	-
Outras contas a receber		53	45	Salários, benefícios e encargos sociais		579	507
Adiantamento a fornecedores		32	-	Impostos, taxas e contribuições	17	645	635
Total do ativo circulante		5.456	3.547	Dividendos a pagar	18	1.575	1.575
				Total do passivo circulante		10.706	10.474
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Empréstimos e financiamentos	16	9.783	4.196
Títulos e valores mobiliários		600	526	Passivo de arrendamento		40	-
Impostos a recuperar	12	-	4	Impostos, taxas e contribuições	17	30	62
Contas a receber de clientes	11	-	1.936	Passivo fiscal diferido	27	-	41
Ativo fiscal diferido	27	19	-	Provisões	19	623	629
		619	2.466	Total do passivo não circulante		10.476	4.928
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	6.094	93	Capital social	20	3.168	3.168
Direito de uso - Arrendamento		95	-	Reservas de lucros		2.115	1.197
Intangível	14	14.201	13.661	Total do patrimônio líquido		5.283	4.365
		20.390	13.754				
Total do ativo não circulante		21.009	16.220				
TOTAL DO ATIVO		26.465	19.767	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.465	19.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Demonstração dos resultados

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	21	14.212	12.184
Custo dos serviços prestados	22	(10.664)	(9.835)
Lucro bruto		3.548	2.349
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	23	(4)	(7)
Despesas administrativas	24	(599)	(315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(115)	(54)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(718)	(376)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		2.830	1.973
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	26	1.201	128
Despesas financeiras	26	(2.650)	(1.864)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.449)	(1.736)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.381	237
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	27	(523)	-
Diferido	27	60	(57)
Lucro líquido do exercício		918	180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	918	180
Total do resultado abrangente da Companhia	918	180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de lucros</u> <u>Reserva de</u> <u>retenção de</u> <u>lucros</u>	<u>Lucros</u> <u>acumulados</u>	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	3.168	1.017	-	4.185
Lucro líquido do exercício	-	-	180	180
Transferência para reserva de lucros	-	180	(180)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.168	1.197	-	4.365
Lucro líquido do exercício	-	-	918	918
Transferência para reserva de lucros	-	918	(918)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.168	2.115	-	5.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	918	180
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações, exaustões e redução ao valor recuperável do imobilizado e ativo do direito de uso	1.310	1.170
Baixa de imobilizado e intangível	3	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e arrendamento	1.101	1.297
Rendimentos financeiros inerentes a títulos e valores mobiliários	(67)	(48)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	958	264
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	48	(59)
Reversão para transporte, tratamento e destinação de chorume	(34)	(62)
Reversão para contingências	(20)	-
Provisão de imposto de renda e contribuição social	523	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(60)	57
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	935	(255)
Partes relacionadas	(115)	(14)
Impostos a recuperar	(481)	(351)
Estoques	(6)	16
Outras contas a receber	(8)	(28)
Adiantamento a fornecedores	(32)	-
Depósitos judiciais	-	22
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	322	172
Partes relacionadas	48	42
Salários benefícios e encargos sociais	72	(85)
Impostos taxas e contribuições	(22)	(103)
Adiantamento de clientes	-	(21)
Caixa proveniente das operações	5.393	2.194
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(1.068)	(1.309)
Passivo de arrendamento - juros pagos	(8)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.317	885
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.848)	(17)
Aquisição de intangível	(1.949)	(1.739)
Títulos e valores mobiliários	(7)	(122)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.804)	(1.878)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos passivos – captação	9.579	4.883
Mútuos passivos – pagamento de principal	(10.392)	(1.881)
Empréstimos e financiamentos – captação	8.540	1.465
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(3.401)	-
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	(55)	-
Dividendos pagos	-	(3.245)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.271	1.222
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	785	229
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	370	141
No final do exercício	1.155	370
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	785	229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (“Alfenas ou Empresa”) foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com a Prefeitura Municipal de Alfenas – MG.

Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012 e poderá ser prorrogado por mais 10 anos se cumprir com a manifestação de interesse pública da Prefeitura Municipal de Alfenas.

O objeto e propósito específico da entidade compreendem:

- Manutenção, ampliação e operação de aterro sanitário de Alfenas/MG;
- Implantação, manutenção, operação e monitoramento de sistema de queima controlada de biogás gerada por esse mesmo aterro sanitário;
- Implantação, manutenção e operação de unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- Coleta manual e conteneurizada de resíduos sólidos domiciliares;
- Coleta seletiva mecanizada de resíduos recicláveis;
- Coleta de resíduos de serviços de saúde;
- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Fornecimento de contêineres de PEAD (240 litros);
- Fornecimento de equipes especiais para serviços diversos;
- Fornecimento de equipes para campanha de educação ambiental; e Atividades correlatas e exploração de fontes de receitas acessórias.

Desempenho econômico-financeiro

A Empresa possui o CCL negativo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decorrente dos investimentos, que foram financiados com instituições financeiras e estes compromissos compõem os empréstimos do Passivo Circulante, culminando na elevação de CCL negativo. A Empresa iniciará uma fase de redução do nível de seus investimentos no Aterro Sanitário à partir de 2024 reduzindo a necessidade de novos endividamentos. Além dos endividamentos bancários, o compromisso com sócio através de Mútuo e Dividendos também são parte representativa do desempenho do indicador que impactam o indicador do CCL, com a operação da GD (Geração Distribuída de Energia Elétrica) e a performance operacional das demais tecnologias estes compromissos devem ser quitados. Adicionalmente o planejamento financeiro é de substituição do atual perfil de endividamento bancário por dívida de menor custo e com prazo de carência superior a 12 meses. Essas ações impactarão positivamente no CCL, melhorando os patamares em 2024.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de julho de 2024. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 14 – Intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a amortização.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº19 – Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº28 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Empresa analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Receita de contrato com cliente
- b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- c) Benefícios a empregados
- d) Imposto de renda e contribuição social
- e) Estoques
- f) Ativo imobilizado
- g) Ativo Intangível
- h) Instrumentos financeiros
- i) Redução ao valor recuperável (impairment)
- j) Provisões
- k) Contratos de concessão

a) Receita de contrato de cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Coleta de Resíduos

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, coleta de resíduos de poda de áreas públicas, e demais coletas. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente à outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Coleta de Resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.

Destinação final de resíduos

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento dos resíduos recepcionados, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

Receita de Construção

As receitas provenientes de construção da Alfenas Ambiental está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa 21. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, despesas bancárias e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Participação nos lucros

A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se atenderem a critérios previstos em lei vigente na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretada ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se atenderem critérios previstos em lei vigente na data do balanço.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Ativo imobilizado

i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

i) Reconhecimentos e mensuração

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

ii) Bens reversíveis

Os bens vinculados à concessão, como os sistemas de captações (inclusive poços artesianos), as redes adutoras, coletoras e de distribuição, os reservatórios, as estações de tratamento de água e esgoto, os interceptores, os emissários, as estações elevatórias e as ligações de água e esgoto que serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário.
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Empresa sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1, quando:

O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;

O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

iii) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v) Amortização

A amortização é calculada para realizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VRJ Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em suas demonstrações financeiras.

vi) Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato (caso aplicável), são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

Refere-se a questões trabalhistas, ambientais e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados.

k) Contratos de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado").

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Empresa sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

8 Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Empresa.

A Empresa não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

i) Estrutura de gerenciamento de riscos

A Diretoria tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2023 (14% em 2022), conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	1.155		135
Títulos e valores mobiliários	600	CDI e TJLP	73
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(13.029)		(1.518)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(11.274)		
Efeito no resultado			(1.310)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	370		51
Títulos e valores mobiliários	526	CDI e TJLP	75
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	(7.865)		(1.074)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(6.969)		
Efeito no resultado			(948)

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em caso um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.155	370
Títulos e valores mobiliários		600	526
Contas a receber de clientes	11	3.531	4.351
Outras contas a receber		53	45
		5.339	5.292

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
		1.155	-	-	-	-	-		
Caixa e equivalentes de caixa	600	-	-	-	-	-	-	-	600
Títulos e valores mobiliários	743	1.795	773	219	1	-	-	-	3.531
Contas a receber de clientes	53	-	-	-	-	-	-	-	53
Outras contas a receber	2.551	1.795	773	219	1	-	-	-	5.339

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
		370	-	-	-	-	-		
Caixa e equivalentes de caixa	526	-	-	-	-	-	-	-	526
Títulos e valores mobiliários	1.295	412	350	357	1	-	1.936	-	4.351
Contas a receber de clientes	45	-	-	-	-	-	-	-	45
Outras contas a receber	2.236	412	350	357	1	-	1.936	-	5.292

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

iv) Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos (a)	4.515	5.047	6.990	2.960	19.512	13.029
Fornecedores e outras contas a pagar	1.080	-	-	-	1.080	1.080
Mútuos a pagar à partes relacionadas	3.524	-	-	-	3.524	3.524
Dividendos a pagar	1.575	-	-	-	1.575	1.575
	10.694	5.047	6.990	2.960	25.691	19.208
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos (a)	3.971	3.844	942	105	8.862	7.865
Fornecedores e outras contas a pagar	709	-	-	-	709	709
Mútuos a pagar à partes relacionadas	3.379	-	-	-	3.379	3.379
Dividendos a pagar	1.575	-	-	-	1.575	1.575
	9.634	3.844	942	105	14.525	13.528

a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa Solví durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Empresa utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	13.029	7.865
Fornecedores e outras contas a pagar	1.080	709
Total Endividamento	14.109	8.574
(-) Caixa e caixa equivalente	(1.155)	(370)
(=) Endividamento líquido (a)	12.954	8.204
Patrimônio líquido	5.283	4.365
Capital social e endividamento líquido (b)	18.237	12.569
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	71%	65%

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2022	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	1.155	1.155	370	370
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	600	600	526	526
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	3.531	3.531	4.351	4.351
Outras contas a receber		Custo amortizado	53	53	45	45
Total			5.339	5.339	5.292	5.292
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	1.080	1.080	709	709
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	3.524	3.524	3.379	3.379
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	13.029	13.029	7.865	7.865
Dividendos sobre o capital próprio		Custo amortizado	1.575	1.575	1.575	1.575
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	97	97	-	-
Total			19.305	19.305	13.528	13.528

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O financiamento estruturado contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possui características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Empresa na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes caixa.

9 Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Empresa realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº 19.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	8	35
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.147	335
	<u>1.155</u>	<u>370</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 73,95% do CDI (92,54% do CDI em 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8.

11 Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cientes públicos:			
Valores faturados		1.410	1.948
Medições a faturar (a)		1.606	2.027
		<u>3.016</u>	<u>3.975</u>
Cientes privados:			
Valores faturados		16	-
Medições a faturar		13	5
		<u>29</u>	<u>5</u>
Partes relacionadas	18	486	371
Total		<u>3.531</u>	<u>4.351</u>
Circulante		3.531	2.415
Não circulante		-	1.936

(a) Os valores de serviços a faturar são basicamente com a Prefeitura de Alfenas

A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber de clientes mencionadas acima.

O aging list das contas a receber de clientes é composto como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valores a vencer	743	1.295
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	1.795	412
Entre 31 e 60 dias	773	350
Entre 61 e 90 dias	219	357
Entre 91 e 180 dias	1	1
Acima de 360 dias	-	1.936
	<u>3.531</u>	<u>4.351</u>

Em 2022 a Empresa possuía um contas a receber acima de 360 dias cujo o valor era de R\$1.936, objeto de Ação Judicial de Cobrança com sentença transitada em julgado e com precatório já constituído, o qual foi pago durante 2023.

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	2023	2022
INSS	13	30
Pis e Cofins	230	221
IRPJ	254	249
CSLL	45	84
	542	584
Circulante	542	580
Não circulante	-	4

13 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2023		2022	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos, edificações e construção civil (*)	5%	33	(1)	32	33
Máquinas e equipamentos	10%	1.050	(48)	1.002	-
Móveis e utensílios	10%	54	(32)	22	27
Equipamentos de informática	20%	95	(52)	43	33
Imobilizado em andamento		4.995	-	4.995	-
		6.227	(133)	6.094	93

(*) Terrenos não são depreciados.

As mutações do imobilizado de 31 de dezembro 2023 e 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	33	-	-	-	33
Máquinas e equipamentos	-	832	-	218	1.050
Móveis e utensílios	59	-	(5)	-	54
Equipamentos de informática	76	21	(2)	-	95
Imobilizado em andamento	-	4.995	-	-	4.995
Total	168	5.848	(7)	218	6.227
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	-	(1)	-	-	(1)
Máquinas e equipamentos	-	(33)	-	(15)	(48)
Móveis e utensílios	(32)	(4)	4	-	(32)
Equipamentos de informática	(43)	(11)	2	-	(52)
Total	(75)	(49)	6	(15)	(133)
Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	30	-	-	(30)	-
Terrenos, edificações e construção civil	-	-	-	33	33
Móveis e utensílios	57	2	-	-	59
Equipamentos de informática	61	15	-	-	76
Imobilizado em andamento	47	-	-	(47)	-
Total	195	17	-	(44)	168
Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	(27)	(5)	-	-	(32)
Equipamentos de informática	(34)	(9)	-	-	(43)
Total	(61)	(14)	-	-	(75)
Total	134	3	-	(44)	93

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Intangível

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	2023 Líquido	2022 Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	16.429	(4.837)	11.592	10.422
Máquinas e equipamentos	10%	549	(221)	328	376
Veículos e equipamentos	20%	2.491	(2.242)	249	676
Software	20%	2	(2)	-	-
Intangível em andamento	-	1.586	-	1.586	1.691
Ônus de concessão	5%	1.000	(554)	446	496
		22.057	(7.856)	14.201	13.661

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

As mutações do intangível de 2023 e 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	14.588	237	-	1.604	16.429
Máquinas e equipamentos	580	213	(26)	(218)	549
Veículos e equipamentos	2.793	-	(302)	-	2.491
Software	2	-	-	-	2
Intangível em andamento	1.691	1.499	-	(1.604)	1.586
Ônus de concessão	1.000	-	-	-	1.000
	20.654	1.949	(328)	(218)	22.057

Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(4.166)	(671)	-	-	(4.837)
Máquinas e equipamentos	(204)	(56)	24	15	(221)
Veículos e equipamentos	(2.117)	(427)	302	-	(2.242)
Software	(2)	-	-	-	(2)
Ônus de concessão	(504)	(50)	-	-	(554)
	(6.993)	(1.204)	326	15	(7.856)
	13.661	745	(2)	(203)	14.201

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	13.350	-	-	1.238	14.588
Máquinas e equipamentos	580	-	-	-	580
Veículos e equipamentos	2.793	-	-	-	2.793
Software	2	-	-	-	2
Intangível em andamento	1.193	1.739	-	(1.241)	1.691
Ônus de concessão	1.000	-	-	-	1.000
	18.918	1.739	-	(3)	20.654

Amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	(3.554)	(612)	-	-	(4.166)
Máquinas e equipamentos	(144)	(60)	-	-	(204)
Veículos e equipamentos	(1.683)	(434)	-	-	(2.117)
Software	(2)	-	-	-	(2)
Ônus de concessão	(454)	(50)	-	-	(504)
	(5.837)	(1.156)	-	-	(6.993)
	13.081	583	-	(3)	13.661

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2023 e 2022 a administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Fornecedores

O saldo é composto como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	980	657
Partes relacionadas – nota 18	100	52
	<u>1.080</u>	<u>709</u>

16 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Empresa a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Pré-fixado de 1,40% a 7,95% a.a.			
	TJLP + 1,00% a 1,40% a.a.			
	IPCA de 4,45% a 6,05% a.a.			
BRDE, BNDES, CEF e BNB	CDI + 3,85% a.a.	jan/24 a out/31	11.077	3.727
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a. a 4,90% a.a.	jan/24 a jan/25	1.753	3.740
CDC	Pré-fixado de 7,85% a.a. a 13,89% a.a.	jan/24 a dez/24	199	398
			<u>13.029</u>	<u>7.865</u>
Circulante			3.246	3.669
Não circulante			9.783	4.196

Em caso de descumprimento de qualquer obrigação assumida pela Empresa perante o BNDES, o banco poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, exigindo imediatamente a dívida e cobrar as multas previstas. A Empresa se obriga a:

- i. Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto objeto do instrumento contratual, além de comunicar prontamente o BNDES sobre qualquer ocorrência que importe modificação do projeto.
- ii. Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio-ambiente, durante o prazo de vigência do contrato.
- iii. Permitir ao BNDES/FINAME, diretamente ou por meio do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), o livre acesso às suas dependências e aos seus registros contábeis.
- iv. Vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, somente com autorização expressa do BNDES/FINAME e do BDMG.
- v. Manter as garantias contínua no contrato em bom estado de conservação até o final da liquidação da obrigação contratual.

Os empréstimos e financiamentos são garantidas pelos avalistas da Solvi Participações S.A., Viasolo Engenharia S.A e Revita Engenharia S.A.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024	-	2.956
2025	646	406
2026	1.667	244
Após jun/2027	7.470	590
	<u>9.783</u>	<u>4.196</u>

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Varição monetária	Saldo em 31/12/2023
BRDE, BNDES, CEF e BNB	3.727	8.540	599	(569)	(1.220)	-	11.077
Capital de giro	3.740	-	446	(449)	(1.984)	-	1.753
Crédito direto ao consumidor	398	-	48	(50)	(197)	-	199
	7.865	8.540	1.093	(1.068)	(3.401)	-	13.029

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Varição monetária	Saldo em 31/12/2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	3.396	1.465	493	(512)	(1.122)	7	3.727
Capital de giro	5.713	-	722	(720)	(1.975)	-	3.740
Crédito direto ao consumidor	548	-	75	(77)	(148)	-	398
	9.657	1.465	1.290	(1.309)	(3.245)	7	7.865

A Empresa possui classificado em 31 de dezembro de 2023 no ativo não circulante saldo de aplicações financeiras oriundos de garantias para o financiamento das operações no valor de R\$600 (31 de dezembro de 2022 de R\$526).

17 Impostos, taxas e contribuição a recolher

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
ISS	126	31
PIS	58	60
Cofins	267	326
ICMS	2	1
IRRF	8	14
ISS Retido	13	11
Parcelamentos fiscais	61	119
IRPJ/CSLL	63	63
Outros	77	72
	675	697
Circulante	645	635
Não circulante	30	62

18 Partes relacionadas

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	25	-	-	48	25
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	33	52	(381)	(288)
GRI Koleta Gerenc.de Resíduos Industriais S.A.	-	-	-	-	(6)	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	486	346	67	-	5.155	3.656
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	(9)	-
	486	371	100	52	4.807	3.393
Mútuos:						
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	3.524	3.379	(881)	-
	-	-	3.524	3.379	(881)	-
Total	486	371	3.624	3.431	3.926	3.393
Circulante	486	371	3.624	3.431		
Não circulante	-	-	-	-		
Total	486	371	3.624	3.431		

Os saldos a pagar e a receber entre partes relacionadas não possuem garantias.

As transações de partes relacionadas com a Solvi Essencis são relativas a prestação de serviço de gestão técnica e consultoria.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das Empresas, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

Movimentação de mútuo no passivo:

	2023	2022
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	3.379	113
Captação	9.579	4.883
Juros	881	256
Pagamento do principal	(10.392)	(1.881)
Encargos	77	8
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3.524	3.379

19 Provisões

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	36	56
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	326	278
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	261	295
	623	629

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

A Empresa é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Cível	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2021	20	36	56
Reversões	10	21	31
Pagamentos	(10)	(21)	(31)
Saldo em 31/12/2022	20	36	56
Reversões	(20)	-	(20)
Saldo em 31/12/2023	-	36	36

Passivos contingentes possíveis

A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos.

Em 31 de dezembro de 2023, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, não tivemos registros de outros processos movidos contra a Empresa com prognósticos estimados de perda possível (R\$30 em 2022).

b) Provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro

A Empresa reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$326 e R\$278 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,74% (16,97% ao ano 2022). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento dos aterros. Nesse

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a provisão de fechamento, calculada especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, a provisão é registrada durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Representa o provisionamento dos custos de fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade com o CPC 25. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	278	337
Constituição de provisão	87	9
Reversão / realização da provisão	(39)	(68)
Saldo final	326	278

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume, com volume total de 7.335/m³, estocado no empreendimento em 31 de dezembro de 2023. O custo médio de transporte e tratamento foi calculado em R\$ 40,19/m³ com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definida pela Empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	295	357
Constituição de provisão	474	-
Reversão da provisão	(508)	(62)
Saldo final	261	295

20 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 3.167.700 quotas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$3.168 registrado na rubrica "Capital Social".

b) Dividendos

O estatuto social da Empresa não estabelece a distribuição de lucros mínimos anual.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Receita operacional líquida

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Receita de resíduos	14.939	12.219
Receita de construção	1.402	1.706
Total receita bruta	16.341	13.925
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(747)	(610)
PIS	(247)	(201)
COFINS	(1.135)	(930)
Total de deduções sobre vendas	(2.129)	(1.741)
Receita líquida	14.212	12.184

22 Custo dos serviços prestados

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Salários e encargos	(3.390)	(3.075)
Aluguel	(522)	(184)
Depreciações	(1.310)	(1.171)
Materiais aplicados nos serviços	(1.769)	(1.721)
Serviços de terceiros (a)	(2.146)	(2.047)
Créditos fiscais	465	433
Custo de bens reversíveis	(1.402)	(1.706)
Energia elétrica	(10)	(13)
Fechamento de aterro	(49)	59
Cessão de direito	(272)	(230)
Outros custos de produção	(259)	(180)
	(10.664)	(9.835)

(a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte e coleta de resíduos e destinação em aterros.

23 Despesas comerciais

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	(1)
Patrocínios, brindes e doações	(2)	-
Propaganda e publicidade	(1)	(1)
Outros	(1)	(5)
	(4)	(7)

24 Despesas administrativas

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Serviços de Terceiros (a)	(218)	-
Despesas serviços compartilhados	(381)	(315)
	(599)	(315)

(a) Refere-se a serviços de honorários advocatícios.

Alfnas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Outras receitas (despesas) eventuais	(54)	(23)
Resultado venda de imobilizado	(3)	-
Despesas e provisões contingenciais	20	(31)
Patrocínio e doações	(19)	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(59)	-
Total	(115)	(54)

26 Receitas (despesas) financeiras líquidas

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Receitas juros sobre contratos	-	3
Variação monetária ativa	18	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	103	68
Correção de depósitos judiciais	-	9
Juros recebidos e descontos obtidos	1.079	9
Outras receitas financeiras	1	39
Total receitas financeiras	1.201	128
Variação monetária passiva	-	(7)
Despesas bancárias	(321)	(132)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	(23)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(881)	(264)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(8)	-
Despesas com multas e moras financeiras	(4)	(31)
Tributos sobre movimentações financeiras	(343)	(83)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(1.093)	(1.290)
Outros	-	(34)
Total despesas financeiras	(2.650)	(1.864)
Total	(1.449)	(1.736)

27 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como seguem:

	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(678)	(898)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	327	278
Provisões contingências	-	20
Prov. transp. Chorume	261	295
Provisão de participações no resultado	109	51
Prejuízo fiscal acumulado	-	98
IFRS 16	3	-
Provisão de processo ambiental	-	36
Outros	35	-
Total	57	(120)
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	19	(41)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	19	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	(41)

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos impostos	1.381	237
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>(470)</u>	<u>(81)</u>
Incentivos	30	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(9)	-
Bônus/doações/patrocínios	(7)	-
Atualização monetária	-	13
Ajuste de inventário	(1)	-
Outras diferenças permanentes	(6)	11
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(463)</u>	<u>(57)</u>
Corrente	(523)	-
Diferido	60	(57)
Alíquota efetiva	33,53%	24,05%

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Seguro patrimonial	59.033	52.838
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	<u>99.033</u>	<u>92.838</u>

29 Contratos de concessãoAtivo intangível

A Empresa reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. A Empresa registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:			
Aterro e infra em aterros	(*)	11.592	10.422
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:			
Máquinas e equipamentos	10%	328	376
Veículos e equipamentos	20%	249	676
Ônus de Concessão		446	496
Intangível em andamento		1.586	1.691
		<u>14.201</u>	<u>13.661</u>

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo de contrato de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta período de 12 meses (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Aditivos ao contrato original
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza	Serviços Públicos de Coleta dos Resíduos Sólidos, Tratamento, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do Município de Alfenas /MG	20 anos a partir de janeiro/2012 – janeiro 2032	R\$ 10.650	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Prestar os serviços concedidos; preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; solicitar a confidencialidade de informação colhida no exercício da atividade de fiscalização; realizar obras; prover os investimentos necessários; garantir o destino final dos resíduos sólidos; prestar informação e contas da prestação do serviço.	Pode ser prorrogado por mais 10 anos se manifestado o interesse entre as partes e a indicação dos interesses públicos que motivam a prorrogação e estudo prévio de viabilidade econômico-financeira.	Houve aditivo entre as partes reajuste de preços praticados pela Concessionária. 6,53% tento como base Janeiro/2017